
O que pode a escrita etnográfica? Incursões sobre o gênero ensaio e suas potencialidades¹

Joanna Munhoz Sevaio²

Camila Braz da Silva³

Resumo: Este é um texto sobre textos antropológicos, trata-se de um encadeamento metatextual. Examinou-se aqui a obra de autores de diferentes tradições - como Marcel Mauss, Clifford Geertz, James Clifford, Mariza Peirano, Roberto Cardoso de Oliveira, Marilyn Strathern e Davi Kopenawa, por exemplo - com o intuito de refletir sobre as implicações de suas escolhas estilísticas. Com isso sugere-se que o gênero textual ensaio tem potencialidades como construção narrativa que se encaixam à reflexividade tão cara às produções contemporâneas. É através da forma da escrita como prática estética que nosso esforço se volta: consideramos que o ensaísta como criador traz efeitos necessários à disciplina antropológica.

Palavras-chave: Escrita etnográfica; Ensaio; Estética.

Abstract: This is a text about anthropological texts, it is a metatextual chain. Here, the work of authors from different traditions - such as Marcel Mauss, Clifford Geertz, James Clifford, Mariza Peirano, Roberto Cardoso de Oliveira, Marilyn Strathern and Davi Kopenawa, for example - was examined in order to reflect on the implications of their choices stylistic. With that it is suggested that the textual genre essay has potentialities as a narrative construction that fit the reflexivity so dear to contemporary productions. It is through the form of writing as aesthetic practice that our effort turns: we consider that the essayist as a creator brings necessary effects to the anthropological discipline.

Keywords: Ethnographic writing; Essay; Aesthetics.

¹ Artigo escrito enquanto as autoras cursavam mestrado no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGAS/UFRGS) cujas reflexões foram motivadas pelas disciplinas Teorias Antropológicas I e II.

² Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; pesquisadora do Grupo de Antropologia da Economia e da Política (GAEP) e do Banco de Imagens e Efeitos Visuais (BIEV); bolsista CAPES; jmsevaio@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0706-0335>

³ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul; pesquisadora do Banco de Imagens e Efeitos Visuais (BIEV); bolsista CAPES; caamilabraaz@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6938-1679>

Introdução: Iniciar pela escrita, intervir pela forma

Começamos, não com a observação participante ou com os textos culturais (adequados à interpretação), mas com a escrita, a feitura de textos. A atividade de escrever, agora não mais uma dimensão marginal ou oculta, irrompeu como um requisito central ao que os antropólogos fazem tanto no campo quanto no pós-campo. (Clifford, 1986:2)⁴

As variações de escrita etnográfica têm acompanhado a Antropologia desde sua gênese, o que culminou tanto no desenvolvimento do conteúdo teórico-epistemológico da disciplina quanto nas críticas contemporâneas deste modo de fazer. Desde a década de 1980, as discussões sobre as formas de escrita ganharam mais vigor. *Writing culture* (1986), organizado por George Marcus e James Clifford é um marco incontornável das preocupações pós-modernas que advogam pela consciência da poética e da política intrínsecos a toda e qualquer escrita, incluindo a etnográfica.

Nosso propósito com este texto é destacar preocupações acerca da escrita na obra de autores que impactaram, cada um à sua maneira, o saber-fazer etnográfico. As aproximações ou distanciamentos aqui propostos têm como intuito tensionar as repercussões das escolhas estilísticas e epistêmicas de autores como Marcel Mauss, Clifford Geertz, James Clifford, Mariza Peirano, Roberto Cardoso de Oliveira, Marilyn Strathern e Davi Kopenawa. Não pretendemos com isso dar conta de tão complexo e amplo debate, mas sim pincelar fragmentos de nossas inquietações oriundas dessas controvérsias não estabilizadas dentro das comunidades interpretativas das quais fazemos parte. Quando cursamos as disciplinas de Teorias Antropológicas do mestrado em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, fomos instigadas a colocar em diálogo diferentes correntes teóricas, de forma a estabelecer possíveis convergências. Tal exercício teórico-reflexivo funcionou como disparador para pensarmos as potências das formas de escrever etnograficamente. Nesse horizonte, posicionamos o diálogo com os autores e autoras supracitados como ponto central de nossas trajetórias acadêmicas, que compartilham preocupações semelhantes.

⁴ Tradução das autoras. Optamos, por critérios de fluidez textual, colocar no corpo principal do texto traduções livres das citações em língua estrangeira, trazendo a citação original em notas de rodapé. “We begin, not with participant-observation or with cultural texts (suitable for interpretation), but with writing, the making of texts. No longer a marginal, or occulted, dimension, writing has emerged as central to what anthropologists do both in the “eld and thereafter”. (Clifford, 1986:2)

Lendo as linhas acima a/o leitora/o deve ter se perguntado: qual a relevância de tratar de tema tão caro ao campo antropológico contemporâneo sem soar demasiado repetitivo? Sem deixar de lado tensões e dissensos, nosso desafio se coloca ao questionar como a forma da escrita molda nossa prática dentro da disciplina e qual a “relação entre os efeitos da palavra e as posições dos corpos no espaço comum” (Rancière, 2005:17) isto é, como a forma da escrita etnográfica reflete nossas experiências em campo e, por ser partilhada, qual o papel das escolhas estilísticas? Seguindo o que diz Rancière (2005), são as “práticas estéticas” que intervêm nas maneiras de fazer e conformam novas maneiras de fazer e de ser. É através da forma da escrita como prática estética que nosso esforço se volta, uma busca pela ruína do sistema de representação imposto no qual se possa criar outras formas de narrar e seus efeitos na disciplina antropológica.

Nosso experimento textual tem como matéria-prima um encadeamento de metatextos. Nas subseções seguintes abordaremos as contribuições de cada um dos autores e autoras citados sobre estratégias de escrita. Vale ressaltar, o diálogo que apresentamos é uma das tantas possibilidades de composição sobre a escrita, sendo articulado a partir de suas respectivas relevâncias em nosso percurso intelectual - são textos que nos afetam, que disparam epifanias sobre o *métier* das antropólogas. Por fim, sugerimos que um gênero textual específico, o ensaio, pode render possibilidades frutíferas para o fazer-antropológico. Aqui existe uma inquietação. Uma não acomodação a uma única forma de narrar e de escrever. Com isso, alinhamos-nos ao que Mariza Peirano (2000) chamou de alteridade mínima, a saber: um deslizamento para uma alteridade, princípio fundante da disciplina antropológica, cujo foco sejam os próprios cientistas sociais e seus trabalhos.

Digressões no tempo: Mauss para além de Mauss

Marcel Mauss (1872-1950) foi detentor de um espírito enciclopédico e de insaciável curiosidade acerca dos mais vastos domínios das sociedades humanas. Da magia, passando às “técnicas do corpo” e chegando ao *potlatch*, as meticulosas análises do autor foram fundamentais para a gestação das ciências sociais na França. A notável carreira acadêmica de Mauss tem início com sua formação na Universidade de *Bordeaux*,

sob a influência de seu tio Émile Durkheim. Em 1901 ele assumiu a cátedra de *Religiões de povos não-civilizados* da *École Pratique des Hautes Études*, na qual tentou escapar de discussões de cunho evolucionista “Com efeito, não existem povos não civilizados. Existem apenas povos de civilizações diferentes. A hipótese do homem ‘natural’ está definitivamente abandonada” (Mauss, 1977:229-230). Em 1925, junto a Lucien Lévy-Bruhl e Paul Rivet, foi um dos fundadores do Instituto de Etnologia da Universidade de Paris. Além disso, foi eleito para o *Collège de France* em 1930, onde exerceu papel fundamental para a consolidação da antropologia e da sociologia francesas.

O periódico *Anné Sociologique* é o lugar essencial em que Mauss dedicou esforços, o que pode ser apontado como uma das razões de suas publicações serem dispersas. “Uma olhada rápida para os títulos de sua bibliografia é suficiente para nos darmos conta do caráter fragmentário de sua produção: “ensaio”, “apontamentos”, “fragmento”, “nota”, etc.” (Steil, 1997:146). Há quem diga que a quase ausência de escritos sistematizados deste autor sem livros seja uma carência de sua obra. Para nós, no entanto, sua forma de acepção dos mundos sociais é processual, não sujeita a dogmatismos, o que permite leituras e desdobramentos mais fecundos. Com isso, podemos pender aos movimentos de reflexividade no âmbito da Antropologia e das Ciências Sociais que vão formulando e reformulando seus conteúdos teóricos-epistemológicos.

Cabe ainda lembrar que a mais célebre das leituras acerca da obra de Mauss é certamente a empreendida por Claude Lévi-Strauss. Sob outra ótica, Allan Caillé é um ferrenho defensor do pensamento maussiano: “as linhas mestras não apenas de um paradigma sociológico entre outros, mas do único paradigma sociológico que se possa conceber e defender” (Caillé, 1998:11). Nem lá, nem cá: propomos aqui lançar um olhar sobre Mauss cujo propósito seja encontrar em sua obra as contribuições para um fazer etnográfico que reconheça a vivacidade das ideias e das formas de conceber o mundo, do pesquisador e do ‘outro’:

pudemos perceber o essencial, o movimento do todo, o aspecto vivo, o instante fugaz em que a sociedade toma, em que os homens tomam consciência sentimental de si mesmos e de sua situação frente a outrem. Há, nessa observação concreta da vida social, o meio de descobrir fatos novos que apenas começamos a entrever. Em nossa opinião, nada é mais urgente e frutífero do que esse estudo dos fatos sociais. (Mauss, 2017:326)

O fundamento do edifício teórico que Marcel Mauss deixou por legado é a noção da importância do caráter do inconsciente. Allan Caillé (1998), por exemplo, reivindica a ideia de que sociologia francesa, partindo de Durkheim, só se realiza de forma plena com Mauss, uma vez que o autor reformula as questões levantadas pelo tio e as coloca no campo do simbólico. Assim sendo, a magia, o *kula* ou a “noção de pessoa” podem ser vistas como representações coletivas que perpassam o nível do simbólico e merecem atenção da/do etnógrafa/etnógrafo.

Na obra e na vida de Mauss reside algo que pode ser considerado um paradoxo: jamais realizou trabalho de campo, no entanto, foi instigador de um acentuado fluxo de pesquisas etnográficas na França e no mundo, tendo influência direta em ‘discípulos’ tais como Louis Dumont, Denise Paulme, Henri Lehmann, Roger Bastide - cuja presença em terras brasileiras é bastante marcante - Maurice Leenhardt, Alfred Metraux entre outros. Como professor, ele foi fundamental: “(...) graças a Mauss, tudo, mesmo o gesto mais insignificante, adquire um sentido para nós” (Dumont: 1993:181).

Assim sendo, o intuito deste texto é explorar uma leitura que dê vazão à fecundidade dos escritos e ensinamentos de Mauss, a fim de que soem como um lampejo ou como um fluxo criativo para o desenvolvimento de pesquisas: um desafio pragmático que pode reverberar em (com)textos inventivos do fazer-etnográfico. Consideramos aqui que o percurso que leva à construção do conhecimento antropológico, ou como conhecer o que se pretende estudar é algo ritmado pelo próprio campo e peculiar de cada pesquisa. Eckert e Rocha (2008), por exemplo, indicam que não há fórmula pronta para elaborar uma pesquisa etnográfica, porém, se a/o etnógrafo/o quiser partir de algum lugar, pode começar com o manual de Mauss⁵.

Ao entrar no mundo das representações e dos significados, a/o etnógrafo/o deve buscar suas possibilidades de investigação das e nas sociedades em que pesquisa, um saber que se constrói em dialogicidade com elementos que emergem do trabalho de campo. Com o *Manual de Etnografia* de Mauss, temos uma compilação de considerações práticas sobre como coletar dados, sobre a importância da elaboração de um diário de viagem/campo, e também sobre um rigoroso inventário das atividades de pesquisa. Ele

⁵ Publicado originalmente em 1947, a partir da sistematização de Denise Paulme, o Manual de Etnografia é resultado das transcrições das aulas de “Instruções de Etnografia Descritiva” ministradas por Marcel Mauss no Instituto de Etnologia da Universidade de Paris.

defende o que chama de etnografia intensiva, que pretende observações exaustivas do mundo social de uma determinada, tribo, comunidade, etnia. Assim como todo *métier*, no entanto, o fazer etnográfico exige um quê performático de quem o pratica - estamos tratando de pessoas cujas narrativas imbricam-se às nossas a partir dos atos de escrever, fotografar, filmar, gravar, observar.

Anotar, sentir, observar, afetar-se, atentar para sons, detalhes, silêncios e aromas. Todas essas são ações que estão no cerne das lições proferidas por Mauss e sistematizadas por seus alunos. Apesar da escrita em formato de manual, pensamos que seu texto não tem a intencionalidade de ser tomado *ipsis litteris*. Por exemplo, quando o autor destaca a possibilidade de “Dificuldades subjetivas: perigo da observação superficial. Não ‘acreditar’”. Não acreditar que se sabe porque se viu; não fazer nenhum julgamento moral. Não se admirar; não se irritar (...) (Mauss, 1993:23) podemos identificar preocupações que até hoje permeiam as práticas de pesquisa de quem faz antropologia, e que tangem às relações entre quem diz, quem diz o que, quem lê e quais as implicações disso. Apesar do ‘problema’ compartilhado, as negociações só podem ser particulares. Se no seu pretense *Manual* o autor definia “o homem [como] um animal rítmico” (Ibid.:93), podemos frisar que a própria Antropologia e seus fazeres deve ser embalada pelos ritmos que surgem na investigação, fundando-se assim na reflexividade sobre si.

Sobre a natureza do que deve ser observado e conhecido, alguns dos textos de Mauss indicam a importância das experiências concretas dos ‘nativos’ - ou, hoje, interlocutores - “(...) observar o que é dado. Ora, o dado é Roma, é Atenas, é o francês médio, é o melanésio dessa ou daquela ilha, e não a prece, ou o direito em si” (Idem, 2017:26). Para estudar o vivido ou o concreto de dada realidade social é preciso ‘estar lá’, conviver, é preciso ir ver de perto o ‘nativo’. Dessa forma, podemos visualizar como as discussões sobre a necessidade de pensar ou de fazer Antropologia a partir do que hoje entendemos por categorias êmicas já estavam presentes, ainda que de forma tímida, nos escritos do autor.

Para quem se interessa por fazer etnografia, os escritos de Mauss funcionam como um disparador de ideias, e adquirem importância no confronto com o cotidiano, na observação de como pessoas, humanos e não-humanos agem em seus mundos sociais.

Mais do que uma 'receita', temos com Mauss uma 'cartografia' dinâmica das possibilidades do fazer etnográfico.

Clifford Geertz e a etnografia como interpretação

Clifford Geertz (1926-2006) nasceu nos Estados Unidos da América, país onde consolidou uma trajetória de ampla notoriedade e reconhecimento social. Um dos antropólogos mais importantes de seu país, lecionou na Universidade de Chicago durante a década de 1960, e depois na Universidade de Princeton. Parte de suas pesquisas importantes foram realizadas na Indonésia, sendo a experiência retratada na sua mais importante obra *A interpretação das culturas* (1973).

No livro supracitado, Geertz afirma que ao compreender a prática etnográfica é que se pode entender o que representa a análise antropológica como forma de conhecimento. Mas a prática etnográfica não é só uma questão de método, é também estabelecer relações, selecionar informantes, transcrever textos, levantar genealogias, mapear campos, manter um diário e assim por diante, acrescenta o autor. Não são só coisas técnicas e processos determinados que definem o empreendimento, é o esforço intelectual que ele representa, um risco elaborado para uma "descrição densa", tomando emprestada uma noção de Gilbert Ryle. Consideramos, ainda, que em tempos atuais talvez seja pertinente e desafiador um olhar cujo foco seja também em direção à posição relacional que se estabelece em campo, uma vez que o 'encontro' é parte do fazer etnografia.

A etnografia é, portanto, uma descrição densa na qual a/o etnógrafo/o enfrenta uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e implícitas, e que ele tem que de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar. Essa é uma verdade em todos os níveis do trabalho de campo, mesmo o mais rotineiro: entrevistar informantes, observar rituais, deduzir os termos de parentesco, traçar linhas de propriedade, fazer censo doméstico, escrever seu diário. Assim sendo, o autor acrescenta:

Fazer a etnografia é como tentar ler (no sentido de “construir uma leitura de”) um manuscrito estranho, desbotado, cheio de elipses, incoerências, emendas suspeitas e comentários tendenciosos, escrito não com os sinais convencionais do som, mas como exemplos transitórios de comportamentos modelados. (Geertz, 2008:7)

Leitura, texto, o antropólogo como autor. Em se tratando de teorias antropológicas, essa é uma tríade que pode ser facilmente associada à obra do estadunidense. Os traços de subjetividade presentes nos textos do antropólogo-autor atuam como um conector entre os “saberes locais” (Idem, 2013) e o seu próprio mundo dando um quê de literatura ao resultado. Conforme Geertz (2009), a capacidade de convencimento de que a autora/o penetraram, ou que se deixaram penetrar, por outros modos de vida é o que dá credibilidade ao texto etnográfico. A antropologia é, nesse sentido, constituída por meio de um jogo entre o “estar lá” e o “estar aqui”. Entre interpretações e contra-interpretações a cultura pode ser “lida” e constitui uma “teia de significados” que deve ser compreendida. A cultura não é um poder, algo que se pode atribuir casualmente os acontecimentos sociais, os comportamentos, as instituições ou os processos; ela é um contexto, algo dentro do qual eles podem ser descritos de forma inteligível e densa. Sobre as tessituras de uma antropologia interpretativa, entendemos assim como James Clifford que “Ela contribui para uma crescente visibilidade dos processos criativos (e, num sentido amplo, poéticos) pelos quais objetos “culturais” são inventados e tratados como significativos” (Clifford, 2002:39).

Nesse sentido, para Geertz, os textos antropológicos são eles mesmos interpretações e, na verdade, de segunda e terceira mão. Pois, por definição, só um “nativo” faz a interpretação em primeira mão de sua cultura. Tratam-se, portanto, de ficções, e ficções no sentido da “construção de algo”, de uma “modelagem”. Podemos dizer, então, que o etnógrafo “inscreve” o discurso social: ele anota. E ao fazê-lo, o transforma em acontecimento passado, que existe apenas em seu próprio momento de ocorrência, em um relato, uma inscrição que pode ser consultada novamente.

A etnografia para além do trabalho de campo é o “que se escreve sobre o trabalho de campo”. Geertz nos aponta algumas formas de se fazer etnografia na teoria interpretativa. Mas como o autor mesmo fala, essa “modelagem” fica por conta da

etnógrafa/etnógrafo partindo de sua experiência não só em campo, mas de sua própria singularidade enquanto sujeito social.

Para Geertz a antropologia só se materializa no texto, nos livros, nas revistas científicas. “Que talvez a etnografia seja uma espécie de escrita, um colocar as coisas no papel, é algo que tem ocorrido, vez ou outra, aos que se empenham em produzi-la, consumi-la ou ambos. (Geertz, 2002:11). Se é verdade que “Agora somos todos nativos”, então é prudente também examinar com cuidado para a forma como escreve o próprio Geertz, como ele fez com outros antropólogos. Sem exceção, os livros publicados pelo autor são conjuntos de textos relativamente curtos que inspiram inventividade no uso das palavras e nas formas de construção textual.

Strathern: localizar a autoria, colocar em contexto

O impacto das contribuições de Ann Marilyn Strathern para o desenvolvimento das teorias antropológicas contemporâneas é indubitável. Para além de sua relevância dentro da antropologia social britânica, tendo passado pelas Universidades de *Cambridge* e de *Manchester*, a ousadia de Strathern é fundante do processo de desmoronamento dos absolutismos conceituais da disciplina. Na ocasião de sua primeira visita ao Brasil, em 1998, a autora concedeu entrevista à Eduardo Viveiros de Castro e à Carlos Fausto, na qual relata o ortodoxo ambiente acadêmico em que se formou: havia certa cisão entre os simpatizantes de Meyer Fortes e de Edmund Leach na Universidade de Cambridge. “Eu era muito fiel a Meyer, mas estava fascinada por Edmund...” revelou Strathern (Strathern, 1999:158). Em meados dos anos 60, ela resolveu ir pesquisar em Papua Nova Guiné junto ao seu esposo, Andrew Strathern, o que era pouco usual na academia britânica, que voltava seus estudos prioritariamente ao continente africano. Ao passo em que se afasta dos pressupostos de sua formação inicial, a originalidade de Strathern reside na exitosa tarefa de desestabilizar conceitos caros ao cosmos ocidental e/ou antropológico: natureza e cultura, sujeito *versus* objeto, a ideia de uma experiência universal do ser mulher, bem como a utilidade do conceito de sociedade. A escrita densa e meticulosa – pautada sobretudo por descrições - confere à obra de Strathern uma

sofisticação teórica que disserta sobre si (ou sobre os princípios judaico-cristãos-ocidentais) e sobre os melanésios ao mesmo tempo.

Sem hesitações, é possível afirmar que a primeira obra de Strathern a abalar de forma contundente os pilares da antropologia foi *O gênero da dádiva* (*The Gender of the gift*), cuja publicação original é de 1988. Embora já circulasse na academia brasileira há algum tempo, a publicação em português do livro, em 2006, trouxe um vigor ainda mais evidente no que tange à repercussão da autora nas nossas produções intelectuais. Notoriamente na área de estudos de gênero e de teorias feministas, mas não só, os textos de Strathern são referência obrigatória nos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação em Ciências Sociais e/ou Antropologia. Vale lembrar, a primeira vinda da autora ao Brasil foi em decorrência do convite de Mariza Correa, no momento em que o Pagu - Núcleo de Estudos de Gênero da Unicamp – consolidava-se enquanto um dos principais polos brasileiros de produção e disseminação de conhecimento da área. Com seu estilo analítico único, Strathern coloca a dádiva entre os povos melanésios – objeto de estudo da antropologia clássica – sob viés inovador, o que causa turbulências tanto para as supostas certezas da disciplina à qual se vincula a autora quanto para as teorias feministas. Conforme salienta Adriana Piscitelli:

(...) os conceitos que conhecemos são utilizados de maneira que possam adquirir outro alcance analítico, possibilitando evocar a fluidez da vida social Melanésia (...) O gênero é apresentado como uma concepção que deixa de enquadrar-se nas dicotomias ocidentais, sendo um meio principal através do qual são construídas relações sociais orientadas por "outro" modo de pensamento. (Piscitelli, 1994:215-216)

No que concerne ao tema da escrita etnográfica, destaca-se o texto intitulado *Fora de contexto: as ficções persuasivas da antropologia*, que é oriundo de uma conferência proferida na Universidade de *Liverpool* em 1986 como parte da programação das *Frazer Lectures*⁶. A autora assinala ser parte geração de antropólogos formados a partir da concepção de que Frazer é ilegível, o que está atrelado ao triunfo da antropologia modernista cuja figura central é Malinowski. Abrindo espaço para a sustentação de argumentos que convergiriam na chamada antropologia reflexiva, Strathern dialoga com a antropologia pós-moderna que ‘estava no ar’. Assim como Sir. Frazer fora ‘destronado’

⁶ Evento anual em homenagem ao legado de Sir. James Frazer que percorre de forma itinerante os campi das Universidades britânicas.

de sua posição na antropologia social britânica por Malinowski e seus pupilos, Strathern argumenta que sua forma de escrita de cunho menos realista estava sendo revigorada nos debates da época, como parte de um movimento de contestação da autoridade malinowskiana.

Um exercício interessante é o de examinar os termos que compõem o título do texto/conferência. Strathern mobiliza uma série de excertos da obra de Frazer para elucidar as acusações de que o autor colocava as coisas “fora de contexto”. Ou seja: os escritos frazerianos não estavam ancorados no exaustivo trabalho de campo que dominou a produção antropológica posterior. A autora também confere à palavra (com)texto uma outra possibilidade analítica: o texto etnográfico deve ser pensado como algo mergulhado no seio de um mar de relações em que os eixos da tríade observado-observador-leitor são considerados. Analisando a estrutura narrativa dos escritos etnográficos, Strathern identifica que são pensados para surtir determinado efeito:

Preparar uma descrição requer estratégias literárias específicas, a construção de uma ficção persuasiva: uma monografia precisa estar arranjada de tal maneira que possa expressar novas composições de ideias. Essa se torna uma questão sobre sua própria composição interna, a organização da análise, a sequência pela qual o leitor é introduzido a conceitos, o modo como as categorias são justapostas ou os dualismos são invertidos. Dessa forma, quando o escritor escolhe (digamos) estilo “científico” ou “literário”, ele assinala o tipo de ficção que faz; não se pode fazer a escolha de evitar completamente a ficção. (Strathern, 2014:174)

Todo texto, segundo tal lógica, é uma espécie de ficção. A composição de um texto etnográfico não foge dessa regra. Strathern ironiza dizendo que “Destacar um texto como literário é como destacar uma pessoa por ter personalidade” (Ibid.:172). Tanto Frazer quanto Malinowski são homens que produziram textos respaldados por comunidades de leitores e quadros de referência distintos, respondendo às premissas de suas épocas. A tarefa atual colocada pela autora é a de dar vazão a todo um *corpus* teórico que fuja das armadilhas etnocentristas quando lida com o outro. Para ela, mesmo os pós-modernos são demasiadamente ocidentais e ocidentalizados.

O texto em questão foi publicado pela primeira vez no Brasil em uma coletânea cujo título, *O efeito etnográfico e outros ensaios*, indica a preferência da autora por estratégias de escrita e de comunicação teórica ensaísticas, mesmo que monotemáticas.

Em síntese, Strathern analisa a atuação de seus pares no sentido de questionar se há “continuidade cultural entre os produtos de seu trabalho e o que as pessoas da sociedade estudada produzem em seus relatos sobre elas mesmas” (Ibid.:134). Este ‘efeito etnográfico’, que é precisamente o que antropólogos fazem e buscam fazer, acontece com a escrita, e por isso a importância de escrutina-la. Mais recentemente *Fora de contexto: as ficções persuasivas da antropologia* foi publicado em livro à parte, ampliando o debate para o diálogo com as “respostas” ao texto original e suas dissonâncias.

Writing Culture: James Clifford e as verdades parciais

O livro *Writing Culture: The Poetics and Politics of Ethnography* (1986) organizado por James Clifford e George E. Marcus marca na virada dos anos 80 para os anos 90 as discussões acerca das representações etnográficas na escrita e suas epistemes, em suma, o debate sobre a “cultura da escrita”. Considerado como um marco para a virada reflexiva na antropologia e muitas vezes atrelado a uma antropologia pós-moderna o volume trouxe intensas destabilizações na época de sua publicação, por dispor as experimentações textuais de autores que subvertem a pragmática ordem do gênero textual realista em relação a suas etnografias (Pratt; Crapanzano; Rosaldo; Tyler; Asad; Fischer; Rabinow).

Na introdução intitulada *Verdades Parciais* Clifford aponta: “o poético e o político são coisas inseparáveis e a ciência está dentro não acima dos processos históricos e linguísticos” (Clifford:1986:2)⁷, e o texto, por sua vez está sujeito a interpretações. Para o autor, as experimentações literárias sempre podem ser propícias quando rigorosamente éticas, e os textos podem enfim, mesmo que artificialmente serem uma representação dos eventos culturais. Este deslocamento da interpretação etnográfica contra uma forma de autoritarismo interpretativo do antropólogo se propõe a não reinventar culturas (perigo vigente em nossas escritas ainda hoje), mas sim trabalhar com representações, no qual a narrativa etnográfica é só uma das narrativas possíveis, ou seja, uma verdade parcial.

⁷ “...the poetic and the political are inseparable, that science is in, not above, historical and linguistic processes” (Clifford: 1986:2)

Ao nos depararmos com a etnografia como uma atividade localizada no centro de sistemas de poder que definem os significados, o autor reforça a importância de estarmos atentas as codificações e decodificações que operamos dentro de nossos campos, no sentido a dar visibilidade no que importe mais estudar, ou seja, sua ordem ou diversidade, integração ou exclusão em seu meio. Entretanto é na forma da escrita que damos vazão a essas singularidades do campo das quais Clifford nos provoca em contraponto a uma suposta literatura que se difere de uma etnografia:

(...) a noção de que os processos literários perpassam qualquer obra de representação cultural é uma ideia recente na disciplina. Para um número crescente [de etnólogos], a “literariedade” da antropologia – e especialmente da etnografia – aparece muito mais como uma questão de bem escrever ou de um estilo apurado. Os processos literários – como a metáfora, a linguagem figurada, a narrativa – influenciam os modos segundo os quais os fenômenos culturais são registrados, das primeiras “observações” anotadas ao livro acabado, e até os modos como tais configurações “fazem sentido” em determinados atos de leitura.⁸ (Ibid.:4)

Neste sentido, concordamos com o autor sobre a etnografia ser uma “atividade textual híbrida: que atravessa gêneros e disciplinas” (Clifford: 1986:26)⁹. Nosso desafio se coloca também de maneira interdisciplinar, encontrar uma estilística potente que dê conta dos conflitos, das contradições e dos desafios que a/o antropóloga/o encontra em campo, dando vazão as narrativas das mais variadas nas ordens culturais, sociais e históricas.

O caso singular da antropologia brasileira

Até agora escrevemos basicamente sobre autores que não falam português. Embora consideremos a importância de todos eles na formação e na produção intelectual dos cientistas sociais brasileiros, é preciso também dialogar com os nossos. Por ocuparmos posição periférica na geopolítica da produção de conhecimento, temos a

⁸ “(...) the notion that literary procedures pervade any work of cultural representation is a recent idea in the discipline. To a growing number, however, the “literariness” of anthropology – and especially of ethnography – appears as much more than a matter of good writing or distinctive style. Literary processes – metaphor, figurative language, narrative – affect the ways cultural phenomena are registered, from the first jotted “observations”, to the completed book, to the ways these configurations “make sense” in determined acts of reading”(Clifford, 1986:4).

⁹ “ Ethnography is hybrid textual activity: it traverses genres and disciplines.” (Clifford: 1986:26)

peculiaridade de beber de quadros de referência das mais diversas fontes. De certa forma, esta é uma posição privilegiada, porque nos afasta da inflexibilidade com que se formaram as ‘escolas’ teóricas europeias e norte-americana.

Roberto Cardoso de Oliveira é um autor que introduz os estudantes de ciências sociais no universo da antropologia e de suas formas de escrita. *O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir e escrever* é um artigo publicado em 1996 em que Cardoso de Oliveira debruça-se sobre as etapas do *métier* do antropólogo. A etapa da escrita merece atenção por ser através dela que aquilo que produzimos entra em contato com uma comunidade de leitores desconhecida por nós. Livros, papéis, revistas e documentos digitais armazenam, em última instância, processos de pesquisa e de contato com outro e os fazem perdurar para além de um espaço restrito. Em *Os diários e suas margens* (2002), Cardoso de Oliveira experimenta revisitar os diários de campo de sua juventude, quando esteve entre os índios Terena e Tukuna. A ‘viagem’ ao passado do autor nos oferece uma experiência textual que nos coloca lado a lado com Roberto, que antes de ser antropólogo, é homem branco.

A perspicácia dos antropólogos da terra *brasilis* em lidar com marcos teóricos distintos encontra em Mariza Peirano uma figura exemplar. A autora nos convida a voltar aos clássicos e colocar a teoria em ‘ação’, dando vivacidade ao conhecimento antropológico através de “[...] eventos, acontecimentos, palavras, textos, cheiros, sabores, tudo que nos afeta os sentidos –, é o material que analisamos e que, para nós, não são apenas dados coletados, mas questionamentos, fonte de renovação” (Peirano, 2014:380). Nesse caso, Peirano se coloca a favor da etnografia como um catalisador da experiência antropológica.

Outra possibilidade interessante é a escrita de pensadores indígenas que dialogam com o fazer antropológico. O livro *A queda do céu*, fruto do trabalho colaborativo do antropólogo francês Bruce Albert e do escritor, xamã e líder político yanomami Davi Kopenawa, é uma espécie de manifesto político inspirado em visões xamânicas e nas vivências de povos indígenas na e com a floresta, de forma a ressaltar como as ações dos povos não-indígenas (napë) interferem nas dinâmicas do mundo. As palavras que Davi Kopenawa entrega a Bruce Albert, para que ele possa colocar nas peles de papel e entregar a nós, napë, são arrebatadoras, poderosas e necessárias. A voz

dos *xapiri* – espíritos da floresta – está conectada ao que diz *Omama*, o criador de tudo e de todos, e é isso que ele quer que os brancos conheçam quando relata seu manifesto cosmopolítico em defesa da floresta, de seus seres e saberes.

Tecendo aproximações

A vantagem de desviarmos para o fascínio da escrita ao menos parte da atenção que temos dedicado ao fascínio do trabalho de campo, que nos manteve aprisionados por tempo, está não apenas que essa dificuldade será entendida com mais clareza, mas também em que aprenderemos a ler com um olhar mais perspicaz. (Geertz, 2002:39)

Mauss, Geertz, Strathern, Clifford, Peirano, Cardoso de Oliveira, Kopenawa: qual o denominador em comum que nos fez articulá-los neste texto? Ora: a antropologia! E, sobretudo, a preocupação com a escrita etnográfica. Parafraseando Strathern (2014), entendemos que as ideias têm a peculiaridade de estarem quase sempre atrasadas ou adiantadas em relação ao seu tempo. Nesse sentido, as estéticas em que se balizam as antropologias podem ser analisadas através dos quadros de referência de um campo de conhecimento que se inventa e reinventa como em uma espiral de intersecções, que não é e não deve ser linear.

A escrita etnográfica, portanto, se constitui permeada por rupturas e continuidades, a partir do que conseguimos visualizar nos autores no quesito: maneiras de manejar a tríade escritor-leitor-sujeito de pesquisa que convergem para um *modus operandi* marcado pela reflexividade, um fazer-etnográfico que olha para si e para suas práticas. Vamos ao texto propriamente dito: nossa hipótese é a de que o ensaio é um gênero textual que reúne as características e eleva as potencialidades do conhecimento antropológico.

Para nós, o ensaio é mais do que uma hipótese, é também uma prática. Desde as primeiras linhas de nosso texto, o intuito foi o de colocar o leitor em contato com formas de escrita que propiciassem experiências estéticas. Ao tratar de algumas das teorias antropológicas que versam sobre esses modos de fazer/ escrever etnografia/antropologia, nosso desafio aqui também é o de conseguir explicitar o que entendemos por ensaio, e como o ensaio se apropria de um tempo de texto.

O ensaio como forma

No instigante texto *O ensaio como forma* (2003), originalmente publicado em 1954, Theodor Adorno faz uma espécie de ode ao ensaio em detrimento da rigidez textual do cânone acadêmico. Considerando o cenário da academia alemã, da qual faz parte, o autor considera o ensaio um tipo de texto relegado ao descaso e ao uso intermitente. Para ele, Walter Benjamin foi o mestre insuperável da escrita ensaística, o que não pode permanecer como resquício atomístico da produção científica. Adorno ainda cita a relevância da obra de Georg Simmel, autor muito caro à Antropologia Urbana, subárea de estudo das autoras deste texto.

Apesar de toda a inteligência acumulada que Simmel e o jovem Lukács, Kassner e Benjamin ao ensaio, à especulação sobre objetos específicos já culturalmente pré-formados, a corporação acadêmica só tolera como filosofia o que se veste com a dignidade do universal, do permanente (...) só se preocupa com alguma obra particular do espírito na medida em que possa ser utilizada para exemplificar o universal, ou pelo menos tornar o particular transparente em relação a elas. (Adorno, 2003:15-16)

No trecho acima encontramos indícios da crítica que Adorno faz à busca pela universalidade perpetrada pela ciência de viés positivista, o que para ele aproxima-se de um dogma. O ensaio, em contrapartida, afasta-se de prescrições e encontra a liberdade. Quando se revolta contra o dogma cartesiano, o ensaísta é um herege que desafia a ideia de que o pensamento abstrato é mais solene e irrefutável. “O ensaio não somente negligencia a certeza indubitável, como também renuncia ao ideal dessa certeza” (Ibid.: 30). A ausência de rigidez estimula interpretações, tanto por parte do escritor quanto do leitor.

O ensaio é uma composição, um experimento que ignora pretensões de completude e os modelos protocolares. De acordo com Adorno, “A abjeção corrente contra ele, de que seria fragmentário e contingente, postula por si mesma a totalidade como algo dado (...)” (Ibid.:27). O ensaísta, por sua vez, reconhece em seu modo de proceder a temporalidade do que escreve e a substancialidade da experiência. O autor pontua que, salvando sua autonomia estética, o ensaio se diferencia da arte pelo uso de

conceitos, que são construídos pelas nuances da experiência. O ensaio, uma forma textual híbrida e impura, está no reino do mundano e não do puramente teórico. É uma aventura que possibilita uma profusão de estilos de narrar: não há o que não caiba em um ensaio, porque sua característica essencial é justamente o desencaixe aos moldes

Também ancorado no texto de Adorno, o filósofo espanhol Jorge Larrosa assinala que para entender com profundidade uma instituição e suas práticas é preciso questionar o que ela proíbe. Para ele, o ensaio é uma das proibições da academia. O trabalho acadêmico é modulado pelas palavras, de modo que todo conformismo é baseado no conformismo linguístico “(...) não há revolta intelectual que não seja também, de alguma forma, uma revolta linguística” (Larrosa, 2003:102). O ensaísta é, portanto, um rebelde.

Em busca do que seria a gênese deste gênero no campo literário, a linguista Neluana Ferrigini Correio (2018) remonta à publicação dos *Essais* de Michel de Montaigne em 1580, que bebe de fontes da Antiguidade para consolidar um tipo de texto marcado pela expressividade de quem o escreve. Moldado de acordo com as entonações reflexivas de seu autor sobre um tema, um ensaio costuma ser um texto breve, dialógico e quase artesanal. O ensaísta é, por assim dizer, um criador. No âmbito das ciências sociais brasileiras, Antônio Candido (2006) identifica nos modernistas um ímpeto de conhecer e interpretar o Brasil, razão pela qual tendiam a escrever de forma ensaística. Mas não só os modernistas. No cenário contemporâneo, as palavras do pensador indígena Ailton Krenak são ao mesmo tempo poéticas, afiadas e provocativas. No conjunto de ensaios *Ideias para adiar o fim do mundo* (2019) - transcrição de três palestras proferidas pelo autor em diferentes contextos - ele nos provoca a refletir sobre como a chegada colonizadora dos “Juruás” - ou brancos - foi devastadora para as populações indígenas em seus ecossistemas. Para adiar o fim do mundo é preciso posicionar a natureza como entidade com a qual estabelecemos relações cosmopolíticas de integralidade e não de separação. A estratégia narrativa que percorre todo o livro - ritmado pelas falas de Krenak - inspira formas envolventes de se fazer Antropologia, o que entendemos ser urgente para a disciplina.

Ensaizando conclusões

Ensaaiar é testar algo, uma qualidade ou maneira de usar, um experimento. Enquanto forma textual de narrar, o ensaio pretende versar sobre um determinado tema, sem a pretensão de esgotá-lo, ao mesmo tempo que se experimenta. Entendemos que as margens que envolvem os ensaios têm mais a ver com a porosidade e com os fluxos de ideias do que com fronteiras intransponíveis e com verdades incontestáveis, o que justifica sua pertinência para um campo de conhecimento que tem como uma de suas preocupações centrais as formas do fazer etnográfico. Desse modo, tomando por base as exposições feitas até então, a tarefa à qual nos propomos é a de localizar nos autores mobilizados sentidos convergentes para a definição do ofício da/do etnógrafa/o e a estratégia da escrita.

Tal como a briga de galos balinesa analisada por Geertz, acreditamos que a escrita em forma de ensaio é absorvente: é algo que atrai e cativa. Uma tática na qual está embutida a lógica processual de compreender os mundos vividos, em que os núcleos ou arranjos de significados se movimentam pelos atos de escrever, estar lá, e estar aqui. O autor em *A interpretação das Culturas* deixa explícito sua preferência pelo ensaio como o gênero textual mais adequado para apresentar as interpretações culturais e suas teorias de sustentação, pois ele entende que quem procura tratados sistemáticos na área se desaponta, principalmente quando encontra algum.

Ao considerar a análise cultural intrinsecamente incompleta, Geertz reitera que quanto mais profunda ela for, menos será completa. Estamos tratando, portanto, de uma ciência estranha, cujas afirmativas mais marcantes são as que têm a base mais trêmula, uma vez que chegar a qualquer lugar com um assunto focado é intensificar a suspeita do próprio etnógrafo e de seus interlocutores de que você não está encarando a situação de maneira correta.

Em Mauss, mais do que um *Manual* imperativo, visualizamos proposições que se ajustam conforme o desenrolar próprio de cada pesquisa: dançam sua dança e jogam seu jogo. Nesse caso, as prescrições de um dito manual podem somar-se ao repertório de práticas, contextos, falas, lugares e provocações que vão surgindo nas interlocuções de pesquisa. Para nós, uma das riquezas das tarefas desempenhadas por etnógrafas/os é

justamente sua natureza não normativa, à qual se encaixam perfeitamente o tom ensaístico de grande parte da produção dos autores aqui analisados. Desse modo, entendemos que a Antropologia enquanto prática e enquanto disciplina alimenta-se continuamente dos trabalhos daquelas e daqueles que vieram e virão antes e depois de nós. É, por isso, um encadeamento constante de leituras, de fazeres e da observação de mulheres e homens em suas vidas concretas.

Em Strathern e Clifford o texto antropológico é localizado. A/o autora/o do texto está implicada/o em mostrar sua perspectiva como uma das leituras possíveis. Simultaneamente esse texto é deglutido e transformado em ficção na intenção de perceber as complexidades do campo. Os autores expõem até as vísceras de como as construções narrativas guiam as formas de conceber os objetos de estudo da antropologia. O texto, ali, é uma forma de subversão que se alimenta continuamente por tudo que é êmico. Não é isso, afinal, o que fazemos desde os primórdios das ciências sociais brasileiras?

Como arremate de uma discussão que se pretende ensaística, nosso desejo foi o de tornar explícita a ideia de que somos todos inventores e inovadores (Peirano, 2014) entendendo a antropologia como resultado de bricolagens intelectuais constantes que se adaptam em sua escrita conforme seu campo e construções em deslocamentos de alteridades. É, portanto, um exercício intelectual que não se encerra aqui.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor. 2003. O ensaio como forma. In: _____. *Notas de Literatura I*. São Paulo: Editora 34: 15-46.

CAILLÉ, Allan. 1998. *Nem holismo, nem individualismo metodológicos - Marcel Mauss e o paradigma da dádiva*. Revista Brasileira de Ciências Sociais. v. 13 (38): 5-38.

CANDIDO, Antônio. 2006. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul.

CLIFFORD, James. 2002. *Experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

_____. 1986 Introduction: partial truths. In: CLIFFORD, James; MARCUS, George. *Writing culture: the poetics and politics of ethnography*. Berkeley, Los Angeles, London: University of California Press.

DUMONT, Louis. 1993. *O Individualismo – Uma Perspectiva Antropológica da Ideologia Moderna*. Rio de Janeiro: Rocco.

ECKERT, Cornelia; ROCHA, Ana Luiza Carvalho da. 2008. Etnografia: saberes e práticas. *Iluminuras*, v.9 (21).

KRENAK, Ailton. 2019. *Ideias para adiar o fim do mundo*. São Paulo: Companhia das Letras.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. 2015. *A queda do céu: palavras de um xamã yanomami*. São Paulo: Companhia das Letras

PINTO, Céli Regina Jardim; GUAZZELLI, César Augusto Barcellos (Org.) 2008. *Ciências Humanas: pesquisa e método*. Porto Alegre: Editora da Universidade: 9- 24.

GEERTZ, Clifford. 2014. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC.

_____. 2002. *Obras e vidas: o antropólogo como autor*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ.

_____. 1997. *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Petrópolis/RJ: Editora Vozes.

FERRIGINI CORREIO, Nelvana Leuz de Oliveira. 2018. *Ensaio: da história às características do gênero na esfera literária*. Signum: Estudos da Linguagem, Londrina, v. 21 (3): 288-307.

LARROSA, Jorge. jul/dez 2003. *O ensaio e a escrita acadêmica*. Educação & Realidade. v. 28 (2): 101-115.

MAUSS, Marcel. 1993. *Manual de Etnografia*. Lisboa: Dom Quixote.

_____. 2017. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Ubu Editora.

PEIRANO, Mariza. jul/dez 2014. *Etnografia não é método*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 20 (42): 377-391.

_____. 2000. *A antropologia como ciência social no Brasil*. *Etnográfica*, v. 4 (2): 219-232.

PISCITELLI, Adriana. 1994. *Resenha - The gender of the gift*. Cadernos Pagu, Campinas/SP, (2) 1994: 211-219.

STEIL, Carlos Alberto. nov. 1997. *A recepção de Marcel Mauss no Brasil*. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 3, (7): 144-157.

STRATHERN, Marilyn. 2014. *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo: Cosac Naify.

_____. 2006. *O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia*. Campinas/SP: Editora da Unicamp.